



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar e apurar as denúncias noticiadas no dia 27 de maio de 2015, sobre sete dirigentes da FIFA acusados de vários crimes, incluindo fraude, suborno e formação de quadrilha, e presos na Suíça (há o envolvimento de três brasileiros, conforme o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, sendo um deles José Maria Marin, ex-presidente da CBF e atual vice-presidente da instituição) – Máfia do Futebol (CPIMAFUT)

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2016 (Do Sr. João Rodrigues)

Requer a relação detalhada dos contratos celebrados entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com outras entidades, no período compreendido entre 2005 a 2016.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, fundamentado no art. 36, II, combinado com o art. 58, § 3º da Constituição Federal, que seja apresentada a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a relação detalhada dos contratos celebrados entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com outras entidades, no período compreendido entre 2005 a 2016.

JUSTIFICAÇÃO

As notícias veiculada nos últimos dias apontam diversas suspeitas em contratos celebrados entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) com outras entidades.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar e apurar as denúncias noticiadas no dia 27 de maio de 2015, sobre sete dirigentes da FIFA acusados de vários crimes, incluindo fraude, suborno e formação de quadrilha, e presos na Suíça (há o envolvimento de três brasileiros, conforme o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, sendo um deles José Maria Marin, ex-presidente da CBF e atual vice-presidente da instituição) – Máfia do Futebol (CPIMAFUT)

Uma dessas notícias apontam a investigação do Ministério Público Federal sobre a suspeita de que a CBF possa estar bancando o fotógrafo do ex-presidente Lula.

Com a finalidade de apurar a veracidade dessas denúncias, a investigação desses contratos trará elementos essenciais à condução dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste intento, reitero o pedido de apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em 4 de maio de 2016.

Deputado JOÃO RODRIGUES
PSD/SC